

ESCRITOS DE CONVERSÃO: A CATEQUESE JESUÍTICA NOS ESCRITOS DE MAMIANI

Ane Luíse Silva Mecenas Santos

Faculdade José Augusto Vieira
anemecenas@yahoo.com.br

Ao refletir sobre o período colonial, muitas vezes, pensamos nos deparar com um período marcado pela homogeneidade, tratado apenas como uma longa temporalidade em que a América portuguesa seria apenas um apêndice da sua metrópole. Essa errônea visão contribuiu para a simplificação dos estudos que se encontram mergulhados nessa temporalidade. A simplificação se encontra presente nos argumentos propostos para os trabalhos e nas pífias conclusões apresentadas, gerando a pulverização da pesquisa pela incipiente interpretação do historiador.

Nós, historiadores, devemos manter o espírito investigativo vivo nos nossos escólios, como também todos os sentidos. O tato apurado no tratamento das fontes, o olfato aguçado, o paladar sem exageros, nem adocicado nem salgado nas colocações, a audição em perfeito estado para poder escutar os murmúrios do passado e um olhar fixo na espacialidade e amplo no contexto. O nosso ofício é uma arte, então buscamos sempre avançar nos antigos limites e ir além. Para isso, necessitamos de todos esses sentidos em plena sintonia para podemos encontrar novos testemunhos, ou reinterpretar os antigos por uma nova lente. Para podermos também, compreender o universo que estamos estudando procurando as especificidades, evitando os anacronismos ou as simples interpretações.

As dificuldades estão presentes tanto nos servos de Clio que trabalham com o tempo presente e sentem em suas veias os fatos, como os que se debruçam por tempos tão distantes que os documentos se restringem aos ácaros. Mas apesar dos obstáculos este é um ofício apaixonante e para falar dos feitos dos Homens, o homem que estabelece essa conexão, que cria essa interpretação precisa atentar para as questões éticas do seu ofício e tomar constantemente o cuidado para que seu discurso não acabe se tornando panfletário. Convém destacar que sempre as nossas escolhas pessoais e a nossa formação repercutem diretamente no nosso discurso, já nos chamava atenção Certeau¹.

(...) toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma ‘filosofia’ implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o a revelia, remete à ‘subjetividade do autor.

Por isso, nos caminhos das pesquisas, os historiadores, normalmente, estão preocupados em apresentar novas fontes. Entretanto como nem sempre isso é possível, muitas vezes devemos reinterpretar os documentos já divulgados. Por isso ficamos na constante procura, nos empoeirados arquivos, por brechas, lacunas, ditos e não ditos, que possam auxiliar na construção, reconstrução ou fabricação do tempo. Em uma passagem Ricoeur nos relembra da importância dos registros documentais para a pesquisa histórica como elemento que contribui para a observação do fato histórico:

(...) a apreensão do passado por seus vestígios documentais é uma observação no sentido pleno da palavra; pois observar não significa registrar um fato bruto. Reconstruir um acontecimento, ou antes, uma série de acontecimentos, ou uma situação, ou uma instituição, com base nos documentos, é elaborar uma conduta de objetividade de tipo próprio, mas irrecusável; pois essa reconstrução supõe que o documento seja perscrutado; obrigado a falar; que o historiador vá ao encontro de seu sentido, arremessando-lhe uma hipótese de trabalho; é essa pesquisa que simultaneamente eleve o vestígio à dignidade de documento significativo, e eleva o próprio passado à dignidade de fato históricoⁱⁱ.

A interpretação histórica e principalmente a escolha pela temática dessa pesquisa se encontra permeada pelas minhas subjetividades. Há alguns anos venho estudando a catequese jesuítica na aldeia Geruⁱⁱⁱ. Inicialmente as pesquisas buscavam compreender a catequese a partir da cultura barroca materializada na construção jesuítica edificada na referida aldeia. Contudo, ao longo dos anos através da constante busca por novas fontes pude encontrar outros elementos utilizados na conversão do gentio materializados em outros suportes, como as cartas produzidas pelos loyolistas que viviam na referida aldeia, conto com dois textos produzidos pelo padre Luiz Mamiani^{iv} durante o período em que foi superior na aldeia do Geru: *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri* e *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri*. Os resquícios desse trabalho são os murmúrios dos detentores do poder da escrita que tentam estabelecer a comunicação com os gentios.

Para isso, o conhecimento da língua local^v passa a ser imprescindível para o êxito da catequese. Através desses dois documentos pensamos ser possível perceber a importância do domínio da língua local para a comunicação e como instrumento de conversão na “arte de educar” o gentio. A palavra seria um canal para que o índio pudesse alcançar a salvação, sendo esse o papel fundamental da missão^{vi}.

Através das obras apresentadas é possível notar como os jesuítas conseguiram efetivar a sua política de catequese. Tornaram-se hábeis na principal forma de “engendrar” as crenças dos gentios ao estabelecer a comunicação que passou a ser feita através da língua nativa. Essa observação não visa defender a figura do colonizador e negligenciar o massacre da cultura indígena ou santificar o gentio. O objetivo desse estudo não é esse. É obvio que, ao passo que a colonização alcançava seu êxito, a população gentílica era dizimada. Tal fato teve grande participação dos irmãos de Jesus que contribuíram para essa destruição no ponto crucial, isto é, na desarticulação dos costumes locais e na indução ao inserir os dogmas cristãos.

Trata-se de escritos de fundamental importância para a compreensão da mentalidade dos jesuítas no período colonial e de suas ações na constituição de uma nova cristandade. Partindo da relevância de tais registros para a História da Educação no período colonial, este trabalho tem o propósito de apontar alguns sinais da catequese e do método utilizado por Mamiani. A mentalidade jesuítica emerge nas linhas da gramática e do catecismo, vislumbrando ao mesmo tempo a doutrina cristã e as normativas da língua kiriri.

A dialética conquistador-conquistado eclode nas entrelinhas dos textos. Além disso, a escrita de Mamiani também reflete a influência da retórica barroca, com imagens dissimuladas, cenários que mesclavam o vivido entre dois mundos distintos. Na escrita dos jesuítas da aldeia sergipana do Geru, a Europa cristã defronta-se com a América portuguesa indígena. Dois mundos aparentemente distantes se entrecruzam nas prédicas dos inacianos. A conquista da América lusitana não se fez somente com armas de fogo, mas também por meio das palavras e do ensino.

Desde a publicação do *Ratio Studiorum*^{vii} nos idos de 1599, os jesuítas sistematizaram o ensino pautado principalmente a partir dos dogmas propostos no Concílio de Trento, num projeto de missão evangelizadora pautado em educar a partir da mesma fé, da mesma língua e dos mesmos costumes, graças a uma unidade espiritual

e como consequência política^{viii}. A Companhia de Jesus conseguiu instaurar um sistema educacional eficiente que transcendeu os limites espaciais e temporais das aldeias, contribuindo para a formação cultural e educacional da colônia por muitos anos.

Os inacianos, ao difundir os dogmas católicos com o objetivo de levar a fé aos ditos “selvagens”, no seu processo de transmissão de uma “cultura católica” encontram a primeira dificuldade que remete à concepção que tinham do outro. Para eles, os gentios eram como tábuas rasas, perdão pela palavra, ou usando a seguinte comparação eram pessoas que tinham sua vida como uma folha em branco pronta para ser escrita.

A liberação do eu individual e coletivo era o mesmo, havia uma simbiose entre os dois “eu”. Nesse ponto se dá o embate. Quando o produtor do conhecimento menospreza as formas de apropriação do conteúdo transmitido ao outro, colocá-o em cheque as representações que acreditava alcançar ao final do processo. Por isso, durante os primeiros anos de catequese no Brasil, Nóbrega percebeu que o projeto imaginado não era colocado em prática com êxito. A “folha em branco” que os padres pretendiam escrever estava repleta de códigos simbólicos que eles desconheciam. O projeto havia sido pensado no papel, já que se encontra nos Exercícios Espirituais, mas foi estruturado só na teoria, sem levar em consideração as especificidades locais.

No início do processo de colonização do Brasil, houve uma dificuldade em promover a incorporação dos valores cristãos pelo índio. O período inicial foi basicamente, de avaliação e experimentação, os jesuítas seguiram o plano franciscano de catequizar o índio *in situ*. Não obtiveram grande êxito, pois iniciavam a evangelização nas aldeias e quando saíam, acreditando na conversão dos gentios, descobriam que esses retomavam seus velhos costumes.

A doutrinação começou a ocorrer de forma intensa quando os índios foram retirados das antigas aldeias e passaram a viver junto dos padres nas missões, na recepção. Com isso, Manuel da Nóbrega passou a difundir a necessidade da utilização do medo na conversão do gentio de acordo com a concepção tomista de medo servil, proporcionando uma justificação teológica para a reforma das missões jesuíticas no Brasil^{ix}. Essa tese é defendida no Diálogo sobre a Conversão do Gentio (1556-1557) e no Plano Civilizador (1558). Convém ressaltar que o último foi o texto utilizado para legitimar a “reforma” na atividade missionária.

O Plano Civilizador defendia uma adaptação do sistema de encomienda^x muito utilizado na colonização da América Espanhola. O sistema tornava os índios subordinados à autoridade espanhola que era responsável em encaminhá-los ao trabalho junto aos colonos. Em troca os gentios recebiam salários e tornavam-se “protegidos” contra a escravidão. Na versão jesuítica, os nativos viveriam nos aldeamentos, seriam submetidos aos padres e em troca poderiam contar com a “proteção” contra a escravidão dos colonos. Não eram obrigados a se converterem ao catolicismo, mas teriam que viver sob a lei cristã. Em síntese, o Plano Civilizador preenchia as lacunas iniciais da doutrinação jesuítica no Novo Mundo calcando as bases da dependência do gentio perante a autoridade cristã. Nesse momento a cultura coletiva passou a ser levada em consideração. Só que ainda faltava algo. O impacto da representação simbólica que os aldeamentos e a doutrinação tinham perante o indivíduo.

O medo se tornou o elo necessário para promover a aproximação do índio com os jesuítas. Os padres defendiam a idéia de que deviam preparar a alma dos nativos para que esses pudessem receber a fé cristã. A “preparação” foi feita incutindo a necessidade de o índio consentir com a catequese como forma de manter sua segurança.

Manuel da Nóbrega acreditava que, através das diretrizes do Plano Civilizador, seria possível avançar a missão de propagação da fé cristã. Os aldeamentos formados pela propagação do medo servil seriam capazes de desarticular as tribos, surgindo, assim, agrupamentos diversos sem a antiga identidade. Dessa forma, o aspecto coletivo da cultura encontra-se fragmentando.

O processo é, então, reformulado e o medo passa a ser o elemento aglutinador entre os índios e jesuítas dentro de um espaço específico, a aldeia. O indígena passa a ser inserido num outro local, com obrigações diferentes e regidos pelas normas da Companhia de Jesus na localidade.

Dentre as diversas áreas de ocupação dos jesuítas, na Capitania de Sergipe Del Rey, está a missão de Geru. A aldeia kiriri nas proximidades do Rio Real passou a ser comandada pelos interesses de catequese da Companhia de Jesus, o que só foi possível após anos de divergências com “a gente da Torre”. Em janeiro de 1683 foi lavrado um recibo de compra e venda de um sitio chamado Ilha. Os carmelitas, antigos proprietários, venderam para os jesuítas as terras na proximidade do Rio Real. O sitio mudou de nome e passou a ser chamado de Geru. Os inicianos permaneceram na

localidade até 1758, quando, por determinação do Alvará de 8 de maio daquele ano, ocorreu a elevação dos aldeamentos a condição de vila. Durante o período da ocupação jesuítica na Missão do Geru, os padres desempenharam as atividades de catequese e estudaram a forma de comunicação com os índios Kiriri.

Quando a colonização da Capitania de Sergipe Del Rey foi iniciada, em 1575, a Companhia de Jesus já havia adquirido experiência nos vinte e seis anos atuando na colônia portuguesa. O plano de catequese contava com as novas formas de conversão dos gentios, como já foi discutido anteriormente. No que se refere à aldeia do Geru, de 1683, ela pode ser inserida nas últimas décadas da presença dos jesuítas antes da expulsão determinada.

Percebemos que, após quase cento e cinquenta anos, da elaboração do Plano de Conversão do Gentio, obra em que Nóbrega tenta reorganizar a dinâmica da conversão nas missões, o processo de catequese ainda se encontrava em construção. Com os registros de êxitos e fracassos relatados nas cartas remetidas a Roma ou nos documentos enviados ao governo local^{xi}, com sede na Bahia podemos discutir como efetivamente esse processo se tornou modelado a partir da dinâmica de cada localidade. Na aldeia do Geru, foram identificados três discursos de conversão.

O catecismo foi encomendado pela Ordem, e só foi concluído vinte e cinco anos depois, elaborado graças, de acordo com o autor, aos seus doze anos de observação do comportamento, dos hábitos, dos costumes e da pronúncia das palavras, evidenciando a importância da observação. Uma observação que não era apenas para entender e falar, mas para chegar à raiz da língua. Isso nos mostra que o estudo das populações era constante, e cada gesto, cada palavra e, principalmente, a forma como era pronunciada era então anotada. Essa observação também passava por outro processo, o da comparação. Mamiani relata que na observação procurava fazer a relação com a sua sociedade, com o que lhe era familiar. De acordo com o aludido jesuíta já existiam outros catecismos, mas de outras línguas, não havia um para os kiriris^{xii},

hum prodígio aos primeiros Missionarios do mundo, que faraõ os Apostolos, pareceo que já tem tempo de fe copor hum Catecismo também na língua Kiriri para facilitar aos novos Missionarios a conversão desses bárbaros.^{xiii}

Na obra Mamiani salienta os empecilhos encontrados no processo de elaboração do material. De acordo com o autor, a língua kiriri tem muitas especificidades e, por conta disso, os missionários tinham dificuldades tanto na pronúncia como na escrita, mesmo já tendo seus próprios apontamentos. Para Mamiani a língua é embaraçada nas frases, havendo divergências entre os próprios jesuítas quanto a sua escrita. O superior da aldeia do Geru mesmo identificando que seu catecismo não era uma obra perfeita, destaca a sua importância, sendo imprescindível a sua publicação, ou como ele mesmo diz “o remédio das almas dos índios”^{xiv}. Contudo mesmo identificando as limitações impostas pela dificuldade com a nova língua, o autor mostra ao leitor que fez tudo que lhe era “possível” para acertar, que a publicação se encontra permeada pelos doze anos de experiência, e que desde o primeiro ano vinha anotando, reparando e perguntando com a finalidade de não apenas entender, mas conhecer a raiz da língua. Outro elemento por ele indicado é que fez um estudo comparativo entre as outras aldeias, como também com outros religiosos da Companhia. E quando parecia ter terminado, o autor conferiu cada sentença do catecismo com os índios que conheciam tanto a língua kiriri como a do colonizador.

Constatamos dessa forma, que o inaciano desnuda ao seu leitor o seu método de análise. Mostra os passos da sua pesquisa pelo universo da língua kiriri. Um projeto possível graças aos estudos anteriores, a observação, a comparação e a repetição. Não se trata também de um aprendizado alcançado sozinho, teve o auxílio dos seus pares, como também do próprio gentio. Podemos salientar o que há algum tempo identificamos na historiografia a certa do processo de catequese, que não constitui (como se pensava há alguns anos) num processo de aprendizagem de mão única.

A catequese seria essa via de mão dupla entre indivíduo e grupo perante a transformação de cada um, pautada na forma específica de se apropriar dos dogmas apreendidos. Com isso, concluímos que não havia uma forma de conversão, nem um modelo único, pois esse modelo era ressignificado, apropriado por cada indivíduo da aldeia de forma impar. É uma troca, e dessa troca, as duas culturas se unem e se separam. Antes de iniciar a oração o padre apresenta advertências quanto ao uso da língua “vulgar”:

Para usar com propriedade desse Catecismo, e para ter entendido dos Índios, He muito necessario saber pronunciar os vocabulos, e para isso declararei aqui brevementte humas regras necessárias, relervado o mais para a Arte da língua(...) ^{xv}

Os empecilhos nessa árdua tarefa são apresentados no início da obra que se encontra dividida em três partes. Na primeira são apresentadas as orações e os princípios de fé. A segunda é composta pelos mistérios da fé, os mandamentos, os sacramentos e o que todo o Cristão é obrigado a saber. Por fim, na terceira parte, identificamos algumas instruções que devem servir aos padres.

Não é possível apresentar a recepção dessa obra perante a comunidade jesuítica ou se extrapolou os limites da ordem. Possuímos apenas indícios que constam no próprio catecismo, são as licenças e ordem que autorizam a publicação do material. É assinada por três padres. O primeiro é o padre Antônio de Barros, que no dia 2 de maio de 1697, na aldeia de Santa Tharefa, relata que não há nenhum problema, apenas observa a contribuição trazendo luz para “salvação das almas”, pois “poderão agora ser melhor doutrinadas nos mistérios da nossa Santa Fé” ^{xvi}.

O padre João Matheus Fallesto, na missão de Nossa Senhora do Socorro, no dia 27 de maio de 1697, relata que a obra facilitará a comunicação entre os missionários e os índios, como também será útil na instrução e na salvação dos gentios. Destaca a língua local, o kiriri, como sendo de pronúncia bárbara, mostrando que é digno imprimir para os bons costumes da Ordem. O último a autorizar a publicação é o padre Alexandre de Gusmão, do colégio Jesuítico da Bahia. Sua autorização é lavrada no dia 27 de junho de 1697. Além dessas três autorizações, existem outras três lavradas em Lisboa, pelo Santo Ofício, pelo Ordinário e pelo Paço.

Já na gramática o padre Mamiani, de forma exaustiva, descreve cada pronome, como devem ser organizadas as frases além da pronúncia de cada fonema. O discurso de conversão encontra-se, na gramática, diluído nas formas práticas de como pronunciar e compreender as palavras. Percebemos que uma obra completa a outra, são frutos da observação simultânea. Primeiro identificando os fonemas da língua kiriri, procurando as semelhanças e o seu correlato na língua portuguesa. Em seguida se estabelece a constituição da gramática. E sabendo as formas de utilização das palavras o padre Mamiani consegue romper a longa barreira que os separava, os jesuítas e os índios kiriri. Não apenas na figura de um europeu, permeado pela cultura barroca e

tridentina diante de índio com práticas culturais totalmente diferentes. Isso vem sendo a longos anos discutidos pela historiografia. Mas ele consegue nesse espaço de intercessão, construir um limiar entre as duas culturas e materializar uma língua falada em um código escrito. Criando assim, mais do que um veículo de difusão dos dogmas cristãos, mas o palco da confluência de saberes e práticas.

Falar a língua do indígena era de suma importância para poder, não só apresentar os dogmas Cristãos, como também para que o padre conseguisse entender a confissão dos pecados. Esse é um dos pontos que Mamiani ressalta mais uma vez a importância da sua obra: auxiliar principalmente os novos padres no contato com o nativo, e dentre as diversas contribuições que o conhecimento da língua poderia proporcionar aos jesuítas ele destaca, que a falta desse material dificultaria o acesso dos gentios aos “mistérios e cousas necessarias a hum Cristão”, bem como se redimir dos seus pecados. Ato necessário para o bom cristão, e estabelecido tanto no Concílio de Trento, como nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e também presente no mencionado catecismo. No Título XXXIV, das Constituições, intitulado da Contrição, confissão, e satisfação, que se requer para o sacramento da penitencia e dos efeitos que elle causa, são estabelecidas três regras básicas que o penitente é obrigado a cumprir para alcançar a perfeita purificação dos pecados, são eles: a contrição, a confissão e por fim a satisfação da culpa pelo Confessor.

A segunda cousa, que deve fazer o penitente é a Confissão vocal, e inteira de todos os seus peccados com a circunstancias necessarias: e para que esta sua Confissão seja inteira, e verídica, deve tomar tempo bastante para examinar com diligencia, e cuidado a consciencia antes da Confissão, discorrendo pelos Mandamentos da lei de Deos, e da Santa Madre Igreja, e pelas obrigações de seu estado, vícios, companhias, tratos, e inclinações, que tem; vendo como peccou por pensamentos, palavras, e obras, e fazendo quanto puder por distinguir, e averiguar as espécies, e numero dos peccados. O qual exame feito, procurarão Confessor, a quem hão de dizer todos os seus peccados, e os mais que depois do exame lhe lembrarem. E requeremos a todos os nossos súbditos da parte de deos nosso Senhor , que não deixem de confessar peccado algum por pejo, e vergonha, ou temos dos Confessores, ainda que o pecado seja o mais grave, e enorme, que se póde considerar, porque são muitas as almas, que por este principio se condemnão.^{xvii}

Nessa passagem das Constituições constatamos as necessidades e a importância dada à confissão. A necessidade da consciência do ato e o arrependimento são características necessárias para a “purificação dos pecados”. No entanto, a confissão para o branco, normalmente europeu era algo simples de se fazer, levando em consideração as normas estabelecidas tanto no Concílio como nas Constituições, mas o seria confessar índios que viviam nas aldeias jesuíticas e que falam uma língua totalmente diferente das conhecidas pelo colonizador? Ou ministra os sacramentos a alguém que não sabia afirmar na conversão?

Mesmo não sabendo como eram as aulas de catequese desse período, temos um indício apresentado por Mamiani. O mencionado jesuíta explica que o catecismo por ele produzido se encontra estruturado em forma de diálogo por ser o modo o mais usado e fácil para ensinar a Doutrina Cristã. Esse indício, até muito mais do que um indício, nos mostra que além da repetição o diálogo facilitava o aprendizado. E dessa forma, as aulas de catequese, usam de um recurso muito parecido como o teatro, como já era de costume desde a chegada dos primeiros jesuítas.

No seu discurso Mamiani também faz algumas ressalvas quanto a aprendizagem por parte dos gentios. Diz que não há necessidade que os índios saibam repetir todas as respostas, pois para ele, “os seus alunos” não são capazes disso. Entretanto, há uma lição que deve sim ser constantemente repetida e os índios devem conhecê-las as Orações. Prática que deveria ser feita indispensavelmente nos domingos e dias santos em geral. Dentre as orações presentes no catecismo podemos identificar a oração do final da Santa Cruz, o Padre Nosso, a Ave Maria, a Salve Rainha e o Credo. Percebemos que é apenas ensinar a oração, mas, sobretudo explicar a importância do ato para quem o pratica. Nos diálogos encontramos a seguinte pergunta “Como havemos de rezar” e a resposta “Há muitos modos, mas sobre tudo He bom rezar o Padre nosso, porque Jesu Christo ensinou esta oração aos seus discipulos. He bom também ki rezar a Ave Maria, ou a salve Rainha, pois assim nos ensinou a rezar a santa Igreja; para q a May de Deos interceda por nós para o seu Divino Filho”^{xviii}. No Concílio de Trento o Culto a Virgem Mãe de Deus foi bastante divulgado, sendo que a sua imagem se encontra presente em quase todos os templos.

Com a efetiva organização das missões, os grupos indígenas deixaram, muitas vezes, suas antigas tribos para se fixarem em aldeias, locais esses que incorporavam tribos

diversas e as fixavam no mesmo espaço alterando as relações culturais, as crenças, a forma de adquirir alimento. Esse impacto entre duas culturas completamente incompatíveis resultou numa mescla de valores, ou seria melhor dizer, na extinção dos antigos conceitos. Os trabalhos pautados no encontro dos dois mundos abordam o etnocentrismo europeu, as alterações na cultura indígena e, ainda, a formação dos espaços coloniais.

Convém ressaltar que, no período em que a aldeia do Geru passou para a tutela dos jesuítas, Manuel da Nóbrega já havia questionado o projeto inicial de catequese através das suas obras já mencionadas. É possível que a atuação jesuítica na Capitania de Sergipe tenha sido elaborada de acordo com esta nova perspectiva acerca da forma de inculcar na população indígena a necessidade de viver sob a “proteção” dos irmãos de Jesus, com base na propagação do medo. Como essa ordem tinha sua base pautada principalmente na obediência, deveria existir também certa regularidade no modo de organizar e pensar as missões.

É nesse palco, nesse espaço do teatro, em que as peças antes descritas são encenadas, é o momento em que há a interação entre os dois discursos. Buscamos possibilitar rever, a partir da sua atuação dinâmica, que muda em cada localidade e também sofre mudanças ao longo do tempo e do contexto em que se encontra inserida. Nesse local os diversos pensamentos se encontram, encaixam-se e se ressignificam. Na aldeia do Geru, em 1700, cem famílias, quatrocentas pessoas, da nação Kiriri conviveram com pensamentos, hábitos e costumes do Velho Continente. Escutam nas missas os cânticos de fé, são transmitidos os ensinamentos catequéticos, as formas de proceder, aprendem quais as virtudes de um homem de bem, sentem o cheiro do incenso e convivem com um templo barroco, impregnado de alegorias de uma cultura que já não é mais totalmente a do outro, nem muito menos a sua, mas cria-se um ponto de intersecção. A circularidade então pode, acontecer.

ⁱ CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 67

ⁱⁱ RICOEUR, Paul. Objetividade em História. In: *História e Verdade*. Tradução F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968. p.25-26.

ⁱⁱⁱ Antiga aldeia kiriri, localizada próxima ao Rio Real ao sul da Capitania de Sergipe Del Rey. em 17 de janeiro de 1683 os inacianos compraram as terras do sítio chamado Ilha, dos membros da Ordem Carmelita pela quantia de quinhentos mil réis (Documentos Históricos, 1944. p.104-112). Mesmo não sendo exatamente nessa data que os jesuítas se fixaram na aldeia, esse foi o marco do início de sua presença no “sertão” da Capitania de Sergipe, e o estabelecimento de sua missão na Capitania. A permanência dos “soldados de Cristo” na localidade é interrompida em 1758, por determinação do

Marquês de Pombal, quando a aldeia foi elevada à vila, com o nome de Tomar (COLÔNIA, Índios, maço 603, caderno 15. Dossiê sobre aldeamento e missões indígenas (1758-1759). Instrução para criação de vilas. s/d. Arquivo Público do Estado da Bahia). Atualmente, o local da antiga aldeia se encontra inserido no município de Tomar do Geru.

^{iv} Convém destacar que de acordo com Serafim Leite (LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1945, p.326), as duas obras publicadas do padre Mamiani não são de sua autoria. A contribuição de Mamiani seria apenas ter preparado as duas obras para publicação. Para o referido autor, os documentos foram produzidos pelo também padre da Companhia de Jesus, João de Barros.

^v Desde os primórdios da colonização os jesuítas estiveram envolvidos em projetos que facilitassem a comunicação com os índios, através da elaboração de catecismos ou utilizando intérpretes, conforme salienta Castelnau-L'Estoile (CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006 [2000], p.152-153). Convém ressaltar que a aldeia da Geru não é caso isolado, faz parte de um projeto de catequese elaborado desde a produção dos Exercícios Espirituais pelo fundador da Ordem, Inacio de Loyola, rediscutido a partir do Plano de Conversão do Gentio produzido por Nóbrega, e reavaliado pela ordem através da visita do Pe. Christóvão de Gouvea.

^{vi} Existe um trabalho de Maria de Lourdes Bandeira (BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Os kiriris de Mirandela*: um grupo indígena integrado. Bahia: Universidade Federal da Bahia. 1972) que faz uma análise da grafia da língua Kiriri presente na gramática do Padre Luiz Vicencio Mamiani com os remanescentes indígenas existentes no povoado Mirandela, município de Ribeira do Pombal-BA. Com esse estudo, Bandeira consegue perceber semelhanças quanto à grafia da língua Kiriri identificadas pelo padre jesuíta ainda presentes no grupo estudado.

^{vii} *Código Pedagógico dos Jesuítas*. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus [1599] Regime escolar e curriculum de Estudos. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

^{viii} AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. Tomo III – A transmissão da cultura. 5ª Ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. p. 15.

^{ix} EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.108

^x Os espanhóis utilizaram a encomienda como instituição jurídica que visava designar um grupo de índios ou uma aldeia a exercer serviços compulsórios aos espanhóis.

^{xi} Muitos desses relatos são encontrados na coleção publicada pela Biblioteca Nacional intitulada Documentos Históricos

^{xii} Contudo observamos que nos idos e 1709 o padre capuchinho Bernard de Nantes já havia publicado um catecismo Kiriri. Esse é um indicio de que haveria peculiaridades específicas nos discursos apresentados e por isso uma nova publicação. Em nenhum momento na introdução da obra Mamiani faz referência ao catecismo de Nantes. Não sabemos precisar a quantidade impressa e como foi feita a distribuição desse material que foi oferecido ao rei de Portugal do período Dom João V.

^{xiii} MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. (Edição fac-similar), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Mamiani, Luiz Vincencio. 1942 [1698].s/n.

^{xiv} Idem.

^{xv} Idem.

^{xvi} Idem.

^{xvii} VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. p.57

^{xviii} MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. (Edição fac-similar), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Mamiani, Luiz Vincencio. 1942 [1698].s/n.